



CRISE ESTRUTURAL E FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR: A BNCC E A CONSTRUÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO

Lailton de Souza Santos¹

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Wellyna Gonçalves Jucá²

Universidade Estadual do Ceará

Layslândia de Souza Santos³

Universidade Estadual do Ceará

RESUMO

O presente trabalho versa sobre a BNCC e a construção das competências na educação básica no contexto da Crise Estrutural do Capital. O objetivo é analisar as orientações da Pedagogia das competências na BNCC como expressão de manifestação da profunda crise que se desdobra em todos os complexos sociais, inclusive o educacional. Como indicações metodológicas básicas para a realização desta pesquisa, guiar-nos-emos pelo materialismo histórico-dialético porque o método do marxismo clássico é o caminho da reconstrução do real por meio do pensamento e da exposição crítica desse próprio real. Propomos uma exposição teórico-bibliográfica e documental, por meio da análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A Crise Estrutural do Capital se reflete na interferência de organismos internacionais na definição das políticas educacionais e na mercantilização da educação. A Pedagogia das Competências, presente na BNCC, é uma resposta a essa crise, articulada com as políticas de austeridade fiscal e coordenada pelos organismos internacionais.

Palavras-chave: BNCC; Crise Estrutural do Capital; Pedagogia das Competências; Políticas Educacionais.

STRUCTURAL CRISIS AND CURRICULUM FLEXIBILITY: THE BNCC AND THE DEVELOPMENT OF COMPETENCIES FOR EDUCATION

ABSTRACT

The present work focuses on the BNCC and the construction of competencies in basic education within the context of the Structural Crisis of Capital. The objective is to analyze the guidelines of Competency-based Pedagogy in the BNCC as an expression of the profound crisis unfolding in all social complexes, including education. The basic methodological indications for this research are guided by historical-dialectical

¹ Mestre em Educação e Ensino (UECE). Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação pela UFRN, Rio Grande do Norte, Ceará, Brasil. Endereço para correspondência: Av. das Alagoas, número 2953, Área Urbana, Neópolis, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil, CEP: 59084-200. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0409-342X>. E-mail: lailton0110@gmail.com.

² Mestre em Educação e Ensino (UECE). Professora Efetiva da Rede Pública Municipal de Quixadá, Ceará, Brasil. Endereço para correspondência: Av. Plácido Castelo, número 2319, Herval, Quixadá, Ceará, Brasil, CEP: 63900-375. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5606-5805>. E-mail: wellynagi@gmail.com.

³ Mestre em Educação e Ensino (UECE). Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação pela UECE, Fortaleza, Ceará, Brasil. Professora Efetiva da rede Pública Municipal de Quixadá-Ce. Endereço para correspondência: Travessa Clóvis Beviláqua, número 147, Centro, Quixadá, Ceará, Brasil, Cep: 63900-101. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1941-8461>. E-mail: sousalays7@gmail.com.

materialism, as the classic Marxist method is the path to reconstructing reality through critical thinking and exposition. We propose a theoretical, bibliographic, and documentary exposition through the analysis of the National Common Curricular Base (BNCC). The Structural Crisis of Capital is reflected in the interference of international organizations in defining educational policies and in the commodification of education. Competency-based Pedagogy, present in the BNCC, is a response to this crisis, aligned with fiscal austerity policies and coordinated by international organizations.

Keywords: BNCC; Structural Crisis of Capital; Pedagogy of Competencies; Educational Policies.

CRISIS ESTRUCTURAL Y FLEXIBILIDAD CURRICULAR: LA BNCC Y LA CONSTRUCCIÓN DE COMPETENCIAS PARA LA EDUCACIÓN

RESUMEN

El presente trabajo aborda la BNCC y la construcción de competencias en la educación básica en el contexto de la Crisis Estructural del Capital. El objetivo es analizar las orientaciones de la Pedagogía de las competencias en la BNCC como expresión de manifestación de la profunda crisis que se desarrolla en todos los complejos sociales, incluido el educativo. Como indicaciones metodológicas básicas para la realización de esta investigación, nos guiaremos por el materialismo histórico-dialéctico, ya que el método del marxismo clásico es el camino para reconstruir lo real a través del pensamiento y la exposición crítica de ese propio real. Proponemos una exposición teórico-bibliográfica y documental, a través del análisis de la Base Nacional Común Curricular (BNCC). La Crisis Estructural del Capital se refleja en la interferencia de organismos internacionales en la definición de las políticas educativas y en la mercantilización de la educación. La Pedagogía de las Competencias, presente en la BNCC, es una respuesta a esta crisis, articulada con las políticas de austeridad fiscal y coordinada por los organismos internacionales.

Palabras clave: BNCC; Crisis Estructural del Capital; Pedagogía de las Competencias; Políticas Educativas.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar as diretrizes da Pedagogia das Competências na BNCC como expressão da crise estrutural na educação. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que define as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das modalidades e etapas da educação básica. Isso se deve à necessidade de garantir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com os parâmetros do Plano Nacional de Educação (PNE - 2014/2024). Neste documento, encontram-se a organização curricular de toda a educação básica nacional, metas e competências gerais de aprendizagem. Espera-se que a BNCC contribua para superar a fragmentação das políticas educacionais e também para fortalecer o regime de colaboração entre as três esferas de governo, além de orientar a qualidade da educação.

O contexto atual do capitalismo contemporâneo mundial é um testemunho de que este sistema não possui mais as condições necessárias para atender às necessidades genuinamente humanas e, ainda assim, procura de todas as maneiras recuperar seus

momentos de glória, criando diversas armadilhas para as classes trabalhadoras. De acordo com Mészáros (2011), a crise estrutural em desenvolvimento faz-se presente ao ativar os limites absolutos do capital. O sistema capitalista está enfrentando uma crise estrutural, ou seja, endêmica, crônica, cumulativa e permanente. Nesse sentido, o sistema do capital, por não ter limites para sua expansão, acaba se transformando em um processo incontrolável e profundamente destrutivo. Em seu limite, torna-se incontrolável.

Uma economia em crise estrutural afeta todas as esferas da sociedade e, naturalmente, a educação não escapa das suas repercussões. De acordo com Tonet (2016), essa crise se manifesta na educação de diversas maneiras, desde a interferência de organismos internacionais ditando regras até a sua mercantilização, revelando a sua inadequação diante das novas demandas de formação do capital. Isso resulta em contestações de teorias e métodos, bem como na criação de novas alternativas para enfrentar essa situação. O caráter mercantil é muitas vezes visto como uma solução para esses problemas, uma vez que o capital busca constantemente novas áreas para investir e lucrar.

Com base no cenário apresentado, a Pedagogia das Competências e as políticas que dela se originam são resultado dessa crise estrutural, representando uma resposta para preservar os lucros, uma vez que estão alinhadas com as políticas de austeridade fiscal. Nesse contexto, organismos internacionais assumiram a responsabilidade de coordenar as políticas educacionais nas regiões periféricas do capital.

Os conceitos de competências e habilidades expressos na BNCC têm suas raízes no Programa de Educação Para Todos e nos pilares da educação para o século XXI, que foram coordenados pelo pedagogo e consultor da ONU, o francês Jacques Delors, responsável pela elaboração do relatório intitulado "Educação: um Tesouro a Descobrir". Este documento propõe como solução para os desafios educacionais do século atual os Quatro Pilares da Educação (aprender a conhecer, fazer, conviver e ser) e busca refletir os princípios pedagógicos delineados no âmbito do Programa de Educação Para Todos.

As reformas educacionais implementadas desde os anos 1990 estão fundamentalmente alinhadas com os interesses e diretrizes do capital, com o Estado sendo o responsável pela execução das mudanças propostas nas reformas de orientação

neoliberal da educação. Nesse contexto, a Educação Para Todos se torna o ponto de referência para essas políticas. No entanto, como Mészáros (2008) argumenta, a educação não deve ser tratada como um negócio; ela é uma forma de criação e não deve servir apenas para a qualificação no mercado de trabalho, mas sim para a formação integral do ser humano. Conforme o autor mencionado, fazendo referência a Gramsci (1982), educar significa "superar a separação entre Homo faber e Homo sapiens; é recuperar o sentido estrutural da educação e sua relação com o trabalho, suas possibilidades criativas e emancipatórias" (MÉSZÁROS, 2008, p. 9). Em última análise, a função da educação, do ponto de vista ontológico, é profundamente revolucionária, visando compreender a existência social para transformá-la.

A investigação será dividida em quatro partes: além desta Introdução, o primeiro momento consistirá em demonstrar as repercussões da crise estrutural do capital na educação. No segundo momento, serão abordados os conceitos da BNCC para a educação, tais como competência, habilidades e sua organização estrutural. Por fim, nas considerações finais, esses conceitos serão sintetizados para uma melhor compreensão do objeto de pesquisa.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Elegemos o Materialismo Histórico Dialético como pressuposto metodológico principal de nossa análise, uma vez que uma pesquisa que se propõe a analisar os fatos para além da aparência imediata dos fenômenos da realidade deve, necessariamente, estar fundamentada em um método científico comprometido com a compreensão do movimento histórico e contraditório da humanidade.

Baseados nas contribuições de Marx e Lukács, afirmamos que em uma pesquisa que investiga o movimento histórico e dialético de um determinado objeto, não se separa quantidade de qualidade. O mais importante a destacar é que o objeto só pode ser compreendido em suas múltiplas dimensões se for considerado dentro da materialidade de seu processo histórico e dialético. Nesse sentido, Lukács resgata a obra de Marx, enfatizando "sua persistente capacidade de explicar o presente, sendo um instrumento indispensável para compreendê-lo e transformá-lo" (TORRIGLIA, 2018, p. 21).

Quanto ao tipo de estudo, optamos por realizar uma pesquisa teórico-bibliográfica e documental. Essa escolha se baseia na necessidade de examinar e analisar criticamente a BNCC e as competências que orientam a Educação Básica brasileira.

Segundo Evangelista (2012), os documentos são produtos de informações selecionadas, avaliações, análises, tendências, recomendações e proposições. Eles expressam e são constituídos por uma combinação de intencionalidades, valores e discursos, sendo ao mesmo tempo moldados e moldadores do momento histórico. De acordo com a autora, o documento, embora exista independentemente do pesquisador, assume uma posição ativa na produção de conhecimento. Ele é localizado, selecionado, lido, relido, sistematizado e analisado pelo pesquisador, que busca extrair dele dados da realidade.

Na primeira seção do desenvolvimento teórico deste texto, apresentamos uma discussão bibliográfica sobre a Crise Estrutural do Capital e sua relação com a pedagogia das competências, buscando compreender as implicações das políticas neoliberais na educação. Na segunda seção, nos dedicamos ao estudo documental da BNCC, estabelecendo diálogos com pesquisadores especializados na análise desse documento. Além disso, selecionamos o Relatório "Educação: um tesouro a descobrir" (UNESCO, 2010) como fonte documental para explicar a relação existente entre a pedagogia das competências e as Organizações Internacionais, como o Banco Mundial e a Unesco, que por meio do programa Educação para Todos efetivam suas diretrizes para a educação.

O referencial teórico da presente pesquisa foi selecionado levando em consideração as contribuições que são significativas para o desvelamento das questões fundamentais que cercam o objeto de estudo.

Duarte (2021) realiza uma crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Marx (2010) em suas análises fornecem uma compreensão fundamental das contradições desse modo de produção. Mészáros (2008 e 2011) contribui com uma perspectiva crítica sobre a relação entre educação e capitalismo, destacando a necessidade de transcender as limitações impostas pelo capital na educação. E com Perrenoud (2000) e Zarifian (2001) foi possível analisar o conceito e o desenvolvimento de competências na educação.

Além dessas obras fundamentais, o nosso aporte teórico conta com as recentes análises de pesquisadores que se dedicam ao estudo da temática, como Tonet (2016), Chaves (2018), Mendes Segundo (2015, 2018), Jimenez (2013, 2018), Maia (2013), Freitas (2015), Santos (2017, 2019, 2020), Amorim (2018), Aguiar (2018).

A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E A PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS: NOTAS CRÍTICAS SOBRE O DESDOBRAMENTO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NA EDUCAÇÃO

Conforme nos informa Mészáros (2011), o capital está atualmente imerso em uma crise estrutural e, desde o seu surgimento, recorreu a diversas estratégias na tentativa de manter sua hegemonia. O capital começou a tratar o trabalho como uma simples mercadoria, resultando em um processo de desumanização e na descaracterização de sua essência. Assim, o capitalismo evoluiu para um sistema de controle do metabolismo social, desvalorizando as necessidades humanas e transformando-as em objetos de produção, em que o valor de uso está subordinado ao valor de troca.

Mészáros (2011) descreve que essa crise é estrutural devido a alguns fatores que a distinguem de outras crises enfrentadas em nossa história. Em primeiro lugar, seu caráter é universal e não se restringe a uma esfera específica, como a financeira, empresarial ou comercial, afetando apenas um setor particular da produção. Em segundo lugar, seu alcance é verdadeiramente global, em vez de estar limitado a apenas um pequeno grupo de países. Em terceiro lugar, sua duração é extensa e contínua, em oposição a ser cíclica ou limitada no tempo. Por último, o autor enfatiza que a maneira como se desdobra é gradual e lenta.

Para o autor mencionado, essa crise que enfrentamos é não apenas estrutural, mas também sistêmica, inerente ao próprio capitalismo. Este, por sua vez, está enfrentando seus próprios problemas, ou seja, a atual crise é causada pelo próprio capitalismo em seu processo de autorreprodução, no qual não consegue mais se expandir. Ele se torna expansionista na busca incessante por mais valor e lucro, mas também destrutivo em seu processo de superprodução e descarte. Nesse contexto, o capitalismo torna-se incontrolável.

Com base nessa tese de Mészáros (2011), torna-se necessário ao capital submeter a educação aos seus interesses, pois, de acordo com Chaves, Mendes Segundo, Rabelo e Jimenez (2018), a educação é estratégica para a concretização da dominação e exploração. Ao colocar a educação a serviço de seus objetivos, o capital assegura que suas influências se tornem predominantes na sociedade, impedindo, assim, que a educação cumpra seu papel de capacitar o ser humano, tanto objetiva quanto subjetivamente, na busca por sua própria libertação, tanto em condições naturais quanto sociais já estabelecidas.

É nesse contexto, marcado pela crise e pelas reformas, que surgiu a necessidade do programa de Educação Para Todos, no qual a educação assume uma perspectiva de equidade, abandonando a ideia de igualdade, visando garantir a manutenção da ordem. Dessa forma, a regulamentação de conteúdos básicos que devem ser abordados torna-se uma das principais demandas do capital para os novos rumos que a educação deve tomar.

Freitas (2015) expõe, a principal função da Conferência de Educação Para Todos, que é a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, conforme estabelecido no Plano de Ação para Satisfazer às Necessidades Básicas de Aprendizagem. Neste plano, foram elaboradas seis metas que deveriam ser alcançadas por todos os países membros da UNESCO: em primeiro lugar, a expansão do cuidado com as crianças em fase pré-escolar e potencialmente as crianças pobres e deficientes; em segundo, a universalização do ensino fundamental; em terceiro, a melhoria da aprendizagem; em quarto, a redução do analfabetismo e a disparidade de gêneros; em quinto, a expansão do ensino de jovens e adultos; e, por último, a construção de conhecimentos e valores que possibilitem uma vida melhor e o desenvolvimento sustentável. No entanto, relatórios recentes, como o Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos 2000-2015: progressos e desafios, demonstram que em vários países participantes do projeto, essas metas ainda não foram completamente alcançadas.

Em conformidade com as mais modernas teorias de aprendizagem, a ONU, por meio de seu modelo de competências, indica não apenas a aquisição de conteúdos e habilidades, mas também a importância do "aprender a aprender". Mais do que simplesmente adquirir informações ou desenvolver a capacidade de atuar no mundo, a aprendizagem é uma atitude permeada por valores e carregada de afetos e desejos. O conceito de "aprender a

aprender", que engloba as quatro principais dimensões da aprendizagem, implica em mudanças profundas no sistema educacional, na realidade da escola e nas relações entre professores e alunos (MAIA e JIMENEZ, 2013).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) compreende competência como a mobilização de conhecimentos, conceitos e procedimentos, habilidades práticas, cognitivas e socioemocionais, valores e atitudes para resolver problemas e demandas da vida cotidiana, do mundo do trabalho e para o pleno exercício da cidadania. O documento deixa claro que suas bases estão alinhadas com o movimento de Educação Para Todos. Portanto, conforme afirmado no documento:

Ao adotar esse enfoque, a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem "saber" (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem "saber fazer" (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC (BRASIL, 2018, p.13).

Duarte (2021), sob o lema "aprender a aprender", que passa a ser vigorado no meio educacional, recomenda que não cabe à escola a tarefa de transmitir o conhecimento ou o saber objetivo, mas sim de preparar os alunos para aprenderem o que será exigido deles no processo de produção e nas relações sociais alienadas que caracterizam o capitalismo contemporâneo. Isso implica no esvaziamento do trabalho educativo na escola, tornando-o um processo carente de conteúdo. "Em última instância, o lema 'aprender a aprender' é a expressão, no contexto educacional, da crise cultural da sociedade atual" (DUARTE, 2021, p. 29).

Para o autor mencionado, as ideias subjacentes à disseminação dessa abordagem pedagógica têm, por um lado, a intenção de oferecer aos excluídos e explorados condições mínimas para que suas vidas não se tornem insuportáveis, ou seja, condições básicas para a sobrevivência. Por outro lado, buscam promover uma mentalidade de convivência pacífica, na qual as desigualdades são disfarçadas como simples diferenças, com o objetivo de enfraquecer qualquer movimento social em busca da emancipação humana. A disseminação desse ideal também serve para combater aqueles que criticam o projeto

social atualmente predominante, expressando ideais de participação colaborativa, construtiva e otimista.

Portanto, o modelo de ensino baseado em abordagens ativas e participativas ganha uma importância fundamental no processo de assegurar a aprendizagem, o que implica na priorização dos métodos ativos em relação aos conteúdos, ou seja, a subordinação dos conteúdos universais a uma abordagem mais utilitária e pragmática. Os interesses dos organismos internacionais em promover novas diretrizes e paradigmas socioeconômicos e educacionais têm como objetivo suavizar as contradições inerentes ao sistema em seu processo de reprodução metabólica.

Esses novos paradigmas estão direcionados para uma formação imediatista, pois, de acordo com seus criadores, essa formação capacita a força de trabalho necessária para preencher as lacunas do mercado de trabalho capitalista, tanto no setor formal quanto informal, incluindo o empreendedorismo individual. Além disso, essa abordagem também se adapta melhor às flutuações do capitalismo, especialmente em períodos de profunda crise estrutural, nos quais o mercado representado pela educação, especialmente a educação profissionalizante, não pode ser dispensado.

Santos (2017), em sua crítica ao que ele chama de pedagogia do "aprender a (des)aprender", destaca que a tentativa de alinhar as diretrizes educacionais com as demandas do mercado, como ocorre na pedagogia das competências, contribui para negar a formação integral do aluno. Nesse sentido, o novo profissional formado com base nessas competências pode ter maior flexibilidade e capacidade para enfrentar o cenário atual de crise e oportunidade. No entanto, a pedagogia das competências representa uma negação à formação completa do trabalhador-estudante, que envolve a integração da mente (intelecto), das habilidades práticas (corpo) e do desenvolvimento criativo (espírito).

Para concluir, nos conceitos de formação humana integral, cidadã e educação para o trabalho contidos nesses documentos que regulamentam a educação escolar brasileira, está claramente presente uma perspectiva mercadológica, destinada a atender às demandas do capital em detrimento da verdadeira formação humana e de suas necessidades.

Aqui, enfatizamos que, de acordo com as pesquisas de Amorim (2018), em uma sociedade regida pelas normas do capitalismo, a educação voltada para o trabalho, que muitas vezes é alienante e exploradora, assume a forma de uma educação unilateral. Seu propósito principal é adaptar as demandas do sistema de produção capitalista à classe trabalhadora, transformando a educação escolar em uma ferramenta demandada pelo capital, intimamente relacionada ao rápido desenvolvimento das forças produtivas, muitas vezes reduzindo-a a uma abordagem centrada no empreendedorismo empresarial.

Em outras palavras, uma educação voltada para o trabalho, que é institucionalizada pelo Estado, está intrinsicamente ligada aos interesses do capital. De acordo com Tonet (2016), a formação humana, conforme os princípios onto-metodológicos elaborados por Marx, pode ser compreendida como:

O processo de o indivíduo singular tornar-se membro do gênero humano passa pela necessária apropriação do patrimônio – material e espiritual – acumulado pela humanidade em cada momento histórico. É através dessa apropriação que este indivíduo singular vai se constituindo como membro do gênero humano. Por isso mesmo, todo obstáculo a essa apropriação é um impedimento para o pleno desenvolvimento do indivíduo como ser integralmente humano (TONET, 2016, p. 92).

Nos seus estudos, Amorim (2018), em diálogo com Tonet (2016) e Marx (2010), sustenta que o conceito de formação humana em Marx é derivado do trabalho como a livre manifestação das potencialidades do indivíduo, que se realiza “ao produzir o que é necessário à própria existência e à reprodução da sociedade emancipada do trabalho alienado e propriedade privada, ou seja, no trabalho associado, que tem na propriedade coletiva o seu fundamento” (AMORIM, 2018, p. 49).

Em outras palavras, ao tomar o trabalho como ponto de partida, Marx demonstra que, em sentido ontológico, o trabalho se configura como uma práxis humana que envolve uma relação mútua entre objetividade e subjetividade na esfera social. A autora se baseia na concepção de formação humana expressa nos Manuscritos Econômicos-Filosóficos (2010), nos quais Marx apresenta suas primeiras reflexões sobre a formação omnilateral, que diz respeito ao potencial de desenvolvimento pleno dos sentidos humanos. Isso ocorre a partir da superação da sociabilidade baseada na propriedade privada.

No entanto, a fim de evitar conflitos e revoltas entre as classes desfavorecidas, busca-se encobrir as injustiças e desigualdades decorrentes da necessidade de aumentar a acumulação de capital por meio de políticas compensatórias de "alívio à pobreza". A estratégia, como pode ser deduzido, é promover a competência, a eficácia e a produtividade da força de trabalho, alinhando a educação com as demandas do mercado. Uma solução frequentemente proposta para muitos desses problemas é o empreendedorismo, tanto no âmbito empresarial quanto individual, como uma abordagem para a formação do trabalhador.

O caráter reformista que foi implementado na educação nos últimos anos, com o intuito de se adaptar à reconfiguração da força de trabalho, visa atender às demandas do mercado. A educação, sob a pressão dos organismos internacionais mantidos pelo capital, deixa de ser um direito de todos e passa a ser um privilégio de alguns, à medida que enfrenta um alto nível de competição estabelecido pelo mercado de trabalho. Nesse contexto, a educação se torna, de fato, um grande mercado que se abre para o capitalismo.

Em resumo, os impactos da crise estrutural do capital na educação, especialmente na BNCC e sua relação com a pedagogia das competências, podem ser resumidos, como observado por Santos (2019), na necessidade do capital, por meio do Estado, de uma escola que prepare os indivíduos para um mundo do trabalho em constante mudança. A proposta desse novo modelo educacional envolve várias especificidades, incluindo planejamento, currículo, metodologia, conteúdo, didática e avaliação, com o objetivo de fornecer ao mercado, aos empresários e, principalmente, às agências internacionais de orientação e monitoramento, garantias específicas de que a educação atenderá às demandas de eficiência do mercado de trabalho capitalista.

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E SUAS REFERÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 já estabeleciam a necessidade de uma base curricular para o ensino no Brasil, mas somente em 2017 ocorreu a homologação da BNCC para embasar a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, e posteriormente, em 2018, a base foi incluída para o Ensino Médio.

As diretrizes desse documento para esses níveis da educação básica têm o objetivo de desenvolver competências e, assim, esperam capacitar os alunos, em sua maioria provenientes da classe trabalhadora, que dependem da educação pública como principal meio de formação.

A educação é encarregada da formação e instrução do ser humano, conforme os marcos legais, sendo que o Estado atribui a esse complexo social, com base nos princípios da liberdade e da fraternidade, a responsabilidade pela instrução, pelo trabalho e pela formação para o pleno exercício da cidadania. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) define a educação como um processo formativo que ocorre na vida familiar, nas interações humanas, no trabalho, em instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, organizações da sociedade civil e em manifestações culturais. A BNCC reconhece que:

a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades (BRASIL, 2018, p. 14).

No sistema atual, a educação tem a responsabilidade de formar uma força de trabalho especializada para atender às demandas de um mercado de trabalho cada vez mais instável. Além disso, muitas vezes é atribuída à educação a função de ser uma espécie de salvadora ou redentora, sendo vista como a maneira mais eficaz de reduzir o sofrimento e os problemas sociais em nossa sociedade.

Em contexto, a BNCC começou a ser discutida em 2014 para atender as demandas do Plano Nacional de Educação (PNE-2014/2024). Mas a ideia de modificar a LDB 9394/96 existe desde que ela foi promulgada. Em 2015, a primeira versão da Base foi apresentada, com a participação de 120 profissionais da educação, incluindo professores da educação básica e do ensino superior de diversas áreas do conhecimento. A versão inicial foi disponibilizada para consulta pública pela internet, de outubro de 2015 a março de 2016, resultando em mais de 12 milhões de contribuições para o texto. Mais de 300 mil pessoas

e instituições enviaram observações sobre o documento, incluindo especialistas em educação, tanto do Brasil quanto de outros países. Além disso, o processo contou com a participação de associações científicas e membros da comunidade acadêmica (AGUIAR, 2018).

Uma segunda versão da BNCC foi elaborada a partir da sistematização das contribuições recebidas na primeira versão. Essa segunda formatação do documento foi desenvolvida por profissionais da Universidade de Brasília (UnB) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Posteriormente, essa nova versão foi submetida a discussões com cerca de 9 mil educadores em seminários, conselhos e outros eventos realizados em todo o Brasil, no período de junho a agosto de 2016. Vale destacar a participação da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) nesse processo. Foi elaborado um relatório que incorporou as contribuições dessas organizações (AGUIAR, 2018).

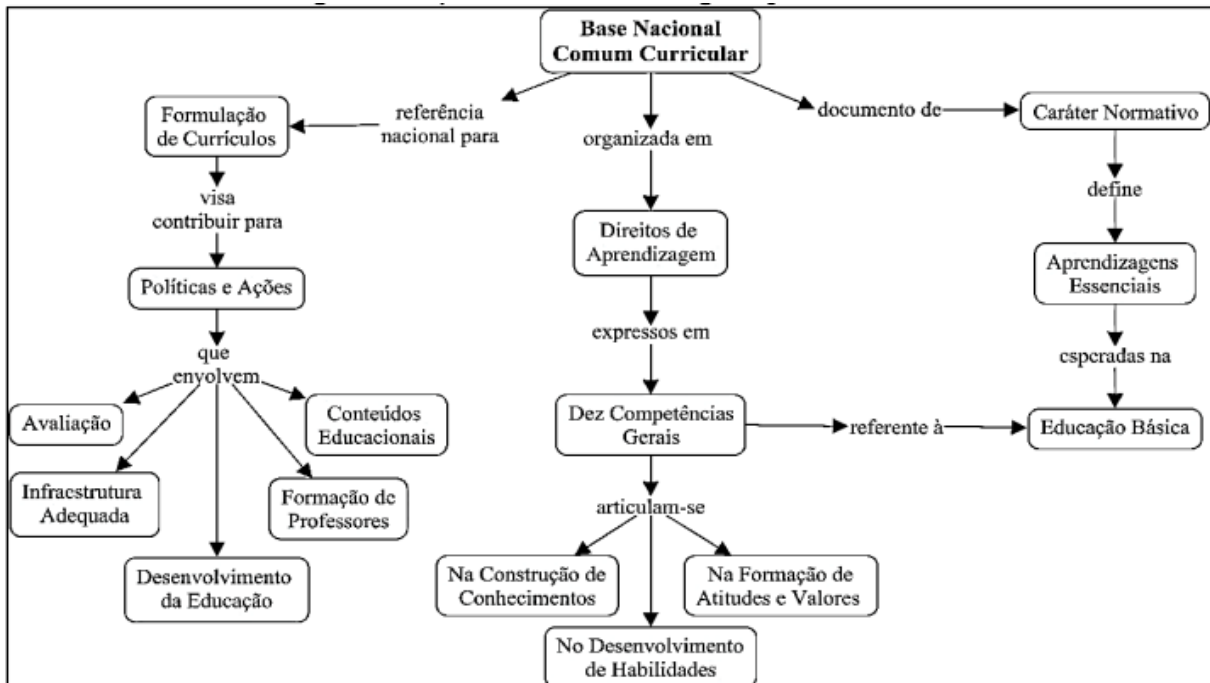
No entanto, em 2017, o Comitê Gestor do Ministério da Educação (MEC) assumiu a responsabilidade pelas definições e diretrizes que orientaram a revisão da "segunda versão" da BNCC, resultando na "terceira versão" do documento, que se concentrou na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Ou seja, apenas o que foi permitido pelo Comitê Gestor do MEC fez parte do documento final, evidenciando a metodologia de construção linear, vertical e centralizadora adotada pela instituição na formulação final do documento. Isso acabou excluindo o Ensino Médio (AGUIAR, 2018).

É importante observar que nos documentos legais, as habilidades e competências ganharam grande relevância e voltaram a ocupar o centro da legislação educacional. A BNCC, por exemplo, é formulada com base nesses pressupostos e está estruturada para explicitar as competências que devem ser desenvolvidas em todos os níveis da Educação Básica e em cada etapa da escolaridade.

Foi a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que iniciou a propagação do termo Competência para a educação de diversos países em crise financeira, motivando a implantação do termo pelos governos através da construção de documentos bases que regem o ensino. A concepção de competências, expressa nesses documentos, parte dos estudos de Philippe Perrenoud (2000), contudo, foi Zarifian (2001)

quem iniciou a discussão. Isto posto, assim se estrutura a BNCC e as competências gerais para educação básica.

Figura 1: a organização da BNCC e as competências



Fonte: Elaborado por Branco et al., (2018, p. 161).

Zarifian (2001) se destacou por desenvolver o conceito de competências e habilidades no contexto do trabalho, que também ganhou relevância nas áreas de gestão escolar. Para o autor, a formação da gestão das competências surge das práticas tradicionais, que consistem em definir as habilidades e capacidades que os indivíduos devem desenvolver e possuir se desejarem ocupar determinados postos de trabalho.

Sendo assim, para Zarifian (2001), competência é assumir responsabilidades e tomar iniciativa diante de situações profissionais. Envolve o entendimento de situações práticas apoiadas em conhecimentos adquiridos, com a capacidade de transformá-los de acordo com a diversidade das situações. Competência também significa mobilizar redes de apoio e atores em torno da mesma situação, fazendo com que esses atores assumam responsabilidades por suas ações e compartilhem as implicações, assumindo áreas de corresponsabilidade.

Para Philippe Perrenoud (2000), competência é a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos, como saberes, capacidades, informações, etc., para

solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações práticas. Com base nesses conceitos, a BNCC elaborou as competências que nortearão o currículo brasileiro, seguindo as dez competências propostas por Perrenoud (2000).

TABELA 1: relação das novas competências profissionais para ensinar de Perrenoud (2000) e a BNCC (2018)

NOVAS COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS DE PERRENOUD (2000)	BNCC (2018)
1. Organizar e dirigir situações de aprendizagem	1. Valorizar e utilizar os conhecimentos
2. Administrar a progressão das aprendizagens	2. Pensamento científico, crítico e criativo
3. Conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação	3. Valorizar as diversas manifestações artísticas e culturais
4. Envolver os alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho	4. Comunicação
5. Trabalhar em equipe	5. tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica
6. Participar da administração da escola	6. Trabalho e projeto de vida
7. Informar e envolver os pais	7. Argumentação
8. Utilizar novas tecnologias	8. Autoconhecimento e autocuidado
9. Enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão	9. Empatia e cooperação
10. Administrar sua própria formação contínua	10. Responsabilidade e cidadania

Fonte: Elaboração pelo(s) autor(es) baseados em Perrenoud (2000) e na BNCC.

No entanto, ao considerar que convivemos em uma sociedade capitalista, a proliferação do conceito de competência com a finalidade de uma prática crítica reflexiva está voltada mais prontamente para os vieses de desenvolvimentos econômicos e sociais das classes mais abastadas do que propriamente para a classe trabalhadora. Assim, o termo "competência" tem sido incorporado aos documentos e instituições públicas de

Estados e Municípios brasileiros desde o final do século XX e tem se ampliado no século XXI com a implementação da BNCC.

A BNCC se apresenta com um discurso da necessidade de desenvolver uma educação integral. A educação integral pretendida pelo documento independe do tempo das aulas escolares, pois está voltada ao propósito de edificar ações educacionais em harmonia com as necessidades, possibilidades e intenções dos estudantes diante das provocações sociais, a fim de que todos possam reinventar suas existências.

Ao estudar Tonet (2016), percebemos que se definirmos a formação integral do ser social como o processo pelo qual o indivíduo tem acesso aos recursos materiais e espirituais necessários para se desenvolver plenamente como membro da humanidade, então a formação integral implica na conquista da emancipação humana. No entanto, essa forma de sociedade requer obrigatoriamente um tipo de trabalho que tenha eliminado a exploração e a dominação do ser humano por seus semelhantes.

Santos (2020), ao analisar o processo de formação humana a partir de Marx e o conceito de formação omnilateral, também em diálogo com Amorim (2018), verifica termos como superação da alienação, divisão do trabalho, propriedade privada, buscando compreender a dialética da formação humana, como funciona seu princípio educativo, ao mesmo tempo em que carrega o princípio educativo da formação humana.

[...] a formação humana é o princípio pelo qual deve se mover a formação do indivíduo singular; dialeticamente, o sujeito humano singular, ao se formar perante a formação humana, concentra o princípio que o faz humano na humanidade de seu gênero. Ao formar seguindo o trabalho como princípio educativo, mesmo que se considere a dialética do princípio educativo do trabalho, o ato formativo fica parcializado, não atinge a plenitude omnilateral indicada por Marx [...] (SANTOS, 2020, p. 78).

Segundo Tonet (2016), foi Marx quem revolucionou a maneira de se pensar a formação humana. O fundamento dessa nova concepção está baseado na ideia de articulação entre matéria e espírito, subjetividade e objetividade do ser social. Marx constata que o ser social se define na práxis. A educação, nesse processo, tem por finalidade "a formação integral do ser humano, enquanto uma condição basilar para o estreitamento da relação entre o indivíduo e o gênero no processo de reprodução social" (AMORIM, 2018, p. 18).

O sistema educacional, os documentos normativos ou qualquer elemento originado em determinada sociedade não devem ser estudados sem levar em conta a estrutura econômica dessa sociedade. Dessa forma, a BNCC, que servirá de base para a elaboração dos currículos das redes escolares do Brasil, embora o documento da base explicita tais colocações, as reflexões conscientes devem existir para além do que está posto nas suas diretrizes. Na BNCC, tais disposições visam um melhor ensino-aprendizagem, por isso devem ser consideradas na construção dos currículos escolares. No entanto, cada colocação da base deve ser questionada e avaliada de forma contínua, partindo dos próprios resultados para uma melhoria real do ensino-aprendizagem. No documento:

A BNCC e currículos têm papéis complementares para assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da Educação Básica, uma vez que tais aprendizagens só se materializam mediante o conjunto de decisões que caracterizam o currículo em ação [...] (BRASIL, 2018, p. 16).

Por esse caminho, de acordo com a BNCC, cada escola, a partir do sistema e da rede de educação à qual está incorporada, deve incluir em seu currículo os pareceres pedagógicos e as problemáticas da sociedade atual. A escola, mediante suas referências e autonomia, pode abranger assuntos relacionados ao convívio humano, desde o local onde está situada até o contexto global, por meio de propostas didáticas transversais. O documento base ainda ressalta a importância da construção de projetos interculturais para ampliar as competências voltadas ao trabalho coletivo, harmônico e espiritual, entre outros princípios, como a valorização da cultura do povo brasileiro, incluindo aquelas culturas reconhecidas pelo sistema educacional.

Prontamente, a educação formal desenvolvida nas escolas de uma sociedade capitalista também é permeada pelos problemas comuns a esse sistema econômico, que envolvem desigualdades sociais. Assim como existe uma estratificação social com classes distintas, também existem instituições de ensino com qualidades e recursos distintos: as escolas frequentadas pelos trabalhadores e as escolas frequentadas pela elite. No entanto, o uso da BNCC na prática das escolas é uma obrigação, desde o sistema e a rede de ensino até todos os mecanismos locais que envolvem uma determinada instituição. A extensão e a importância de tal implementação dependerão da colaboração mútua entre os entes federativos em cada âmbito de atuação.

Nesse sentido, visando atender às demandas da UNESCO e dos organismos multilaterais econômicos, a BNCC organizou dez competências gerais, juntamente com as habilidades práticas que devem ser desenvolvidas por todos os estudantes. No entanto, a política não percebeu que o perfil dos alunos nas diversas escolas do Brasil não é o mesmo. Conforme documento elaborado pela comissão da UNESCO, os pilares da educação para o século XXI são:

Aprender a conhecer, combinando uma cultura geral, suficientemente ampla, com a possibilidade de estudar, em profundidade, um número reduzido de assuntos, [...]; *aprender a fazer*, a fim de adquirir não só uma qualificação profissional, mas, de uma maneira mais abrangente, a competência que torna a pessoa apta a enfrentar numerosas situações e a trabalhar em equipe. [...]; *aprender a conviver*, desenvolvendo a compreensão do outro e a percepção das interdependências [...]; *aprender a ser*, para desenvolver, o melhor possível, a personalidade e estar em condições de agir com uma capacidade cada vez maior de autonomia, discernimento e responsabilidade pessoal [...] (UNESCO, 2010, p. 31).

À guisa de exemplo, na BNCC está expresso que, no atual cenário, reconhecer o contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser participativo e estar aberto ao novo requer muito mais do que o simples acúmulo de informações. É necessário desenvolver competências para aprender a aprender, aplicar conhecimentos, resolver problemas e ter autonomia para tomar decisões. Assim, também se observa uma clara relação entre a proposta de Delors (UNESCO, 2010) e os eixos estruturantes da BNCC.

TABELA 2: Relação da BNCC com relatório Delors

RELATÓRIO JACQUES DELORS	EIXOS ESTRUTURANTES DA BNCC
1. Aprender a conhecer	1. Investigação científica
2. Aprender a fazer	2. Processos criativos
3. Viver juntos	3. Mediação e intervenção cultural
4. Aprender a ser	4. Empreendedorismo

Fonte: Os autores, a partir do Relatório Educação: um tesouro a descobrir e da BNCC.

Nessa lógica, a partir do Relatório de Jacques Delors, diversas políticas educacionais foram traçadas no Brasil, em especial na LDB nº 9.393/1996 e em outros documentos, como, por exemplo, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que foram substituídos

pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Plano Nacional de Educação (PNE) em suas duas versões (2001 – 2011 e 2014 – 2024), o Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE), etc. Ou seja, todos apoiados na premissa do 'Aprender a Aprender' para o mundo do trabalho. O governo ainda deixou a cargo das escolas a responsabilidade pelos avanços do ensino e aprendizagem, sem amparar com recursos, espaços, formações e outros apoios.

Nesse processo de flexibilização curricular para atender às orientações da pedagogia das competências, de acordo com Moura e Benachio (2021), uma das consequências é a fragmentação da formação do estudante, pois limita a formação geral e restringe o acesso à construção de conhecimentos importantes para a formação integral do indivíduo. Dessa forma, os autores alertam que estaria ocorrendo a fragilização do ensino na educação básica.

Enfim, essa contrarreforma curricular brasileira é um documento tecnocrático e conservador, produzido sem transparência e imposto aos sistemas de ensino no Brasil. Sua metodologia de elaboração privilegiou a participação de especialistas do espectro privado da sociedade, ignorando a possibilidade de um documento construído no diálogo com as comunidades escolares e o setor progressista. A flexibilização é a categoria central dessa contrarreforma, e a fragmentação é a forma de atingi-la.

Esses princípios trazidos pela educação flexível na BNCC podem levar à formação de um grupo de estudantes com saberes fragmentados, inadequados para confrontar uma sociedade opressora e desigual. Portanto, o documento pode reduzir as aulas ao pragmatismo corriqueiro que tem tomado conta dos sistemas de ensino, formando competências apenas para a empregabilidade e direcionando a educação ao esvaziamento de conteúdos históricos-críticos, em vez de assegurar a verdadeira formação humana integral, voltada para o trabalho emancipado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme discutido, o capital enfrenta uma crise estrutural em seu sistema, já que não consegue mais expandir-se e manter as altas taxas de lucro, o que afeta o

desenvolvimento de todos os complexos sociais. A novidade dessa crise estrutural manifesta-se, primeiro, por ser universal; segundo, global; terceiro, extensa; e, por fim, rastejante. Para manter o controle sobre o metabolismo social, o capital utiliza todos os meios que tem à sua disposição.

No caso da educação, esse complexo social torna-se mera mercadoria, objeto de venda, em que o valor de uso se inferioriza em relação ao valor de troca. Como mencionado, em um contexto de crise estrutural, a educação surge como uma oportunidade de aplicação e afirmação do atual sistema social. Portanto, o caráter reformista, implementado na educação nos últimos anos para se adequar à reconfiguração da força de trabalho, atende às demandas do mercado.

Sendo assim, em 2014, o Ministério da Educação (MEC) iniciou a construção da BNCC, e somente em 2017 o MEC submeteu a terceira versão da Base para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Essa parte da Base Nacional Comum Curricular foi homologada pelo MEC em 22 de dezembro de 2017.

É difundida pela sociabilidade atual a ideia de uma educação que forme o ser social de forma integral, capacitando-o a pensar com lógica e discernimento moral. Essa educação visa a preparar cidadãos aptos a contribuir com as transformações sociais, culturais, artísticas, científicas e tecnológicas, buscando a paz, o progresso e a sustentabilidade. Em outras palavras, pretende-se formar pessoas participativas, críticas e criativas. No entanto, com a sociedade dividida em classes, a educação escolar foi influenciada por interesses capitalistas, passando a atuar para atender às demandas do capital.

Diante da crise estrutural na qual o sistema educativo está imerso, sob as diretrizes do capital, surge um projeto que busca negar o conhecimento. Esse projeto se consolida através da fragmentação, minimização e aceleração dos conteúdos disciplinares e dos cursos.

Desse modo, se, por um lado, foi propagado o discurso difundido pela BNCC, por outro, essa realidade está se tornando cada vez mais distante. Sob o capitalismo, a educação é organizada de modo a atender às demandas da classe dominante, mesmo que a formação integral seja impossibilitada de ocorrer. Isso acontece porque, no capitalismo,

sob a propriedade privada, a formação integral sofre sérias deformações, seja em seu aspecto espiritual ou material.

Nesse processo, a educação fica encarregada de (de) formar os novos trabalhadores, empreendedores de si mesmos, criativos e capacitados a desempenhar várias funções, resolver problemas com recursos limitados e trabalhar em jornadas flexíveis. Nesse cenário, surge a BNCC, baseada nos princípios da pedagogia das competências, para formar esses trabalhadores. Contudo, a partir de uma análise ontológica, a educação é um espaço de contradições, e a BNCC representa mais uma tentativa do capital de manter o domínio total sobre as esferas sociais.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Angela da S. Relato da resistência à instituição da BNCC pelo conselho nacional de educação mediante pedido de vista e declarações de votos. IN: AGUIAR, Márcia Angela da S. e DOURADO, Luiz Fernandes (orgs). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. – Recife: ANPAE, 2018. Cap. 1, p. 08-22.

AMORIM, Maria Gorete Rodrigues de. **Educação para o trabalho no capitalismo: o proJovem como negação da formação humana**. São Paulo: Instituto Lukács, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Seção 1, p. 179. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 15 Agosto de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a Base. Brasília, DF, 2018. 600p. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/12/BNCC_19dez2018_site.pdf>. Acesso em: 24 de Agosto de 2022.

BRANCO, Emerson Pereira; BRANCO, Alessandra Batista de Godoi; IWASSE, Lilian Fávaro Algrâncio; ZANATTA, Shalimar Calegar. BNCC: a quem interessa o ensino de competências e habilidades?. **Debates em Educação**, Maceió, Vol. 11, Nº. 25, p. 155-171, set./dez. 2019.

CHAVES, Emanuela Rútila Monteiro; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores; RABELO, Josefa Jackline; JIMENEZ, Maria Susana Vasconcelos. A política de educação para todos (EPT) no contexto da destrutividade do capital. **Educação em foco**, belo horizonte, v. 21, n. 35, p. 13-31, set./dez. 2018.

CARMO, Maurilene do; GONÇALVES, Ruth Maria de Paula; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. O ideário (anti)pedagógico da educação para todos: desdobramentos sobre a formação do professor e sua prática. In: RABELO, Josefa Jackline; JIMENEZ, Maria Susana Vasconcelos; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores (Orgs). **O movimento de educação para todos e a crítica marxista**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015. Cap. 2, p. 106-126.

DUARTE, Newton. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 5ª. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.

EVANGELISTA, O. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAÚJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S. (Orgs.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. 1ed. Campinas, SP: Alínea, 2012, v. 1, p. 52-71.

FREITAS, Maria Cleidiane Cavalcante. **A reconfiguração da função social do pedagogo no contexto da educação para todos**: Um estudo na perspectiva onto-histórica. 2015. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. ed. 4a. Rio de Janeiro – RJ: Editora Civilização Brasileira S.A., 1982.

MAIA, Osterne; JIMENEZ, Susana. A chave do saber: um exame crítico do novo paradigma educacional concebido pela ONU. In: SANTOS, Deribaldo; JIMENEZ, Susana; VIANA, Cleide Maria Quevedo Quixadá; RABELO, Jackline (orgs). **Educação pública, formação profissional e crise do capitalismo contemporâneo**. Fortaleza: EdUECE, 2013. Cap. 1, p. 113-134.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. 2ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Tradução de Francisco Raul Cortejo et, al. 2ª. ed. ver. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOURA, Dante Henrique; BENACHIO, Elizeu Costacurta. Reforma do ensino médio: subordinação da formação da classe trabalhadora ao mercado de trabalho periférico. **Revista Trabalho Necessário**. – São Domingos, Niterói - RJ, V. 19, Nº. 39, p. 163-187, 27 maio 2021.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

SANTOS, Deribaldo. **Educação e precarização profissionalizante: crítica à integração da escola com o mercado**. – São Paulo: Instituto Lukács, 2017.

SANTOS, Deribaldo. **Educação profissional: crise e precarização**. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

SANTOS, Deribaldo. **Arte-educação, estética e formação humana**. Maceió: Coletivo Veredas, 2020.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. 3ª. ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

TORRIGLIA, P. L. Primeiras aproximações ao ser do reflexo: a vida cotidiana como terreno fundante do processo de conhecimento. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 297–318, 2018. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.14n1.016. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/12898>. Acesso em: 6 jul. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. UNESCO: Brasília, 2010. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590_por. Acesso em: 20 de Agosto de 2021.

ZARIFIAN, Philippe. **Objetivo competência: por uma nova lógica** São Paulo, SP: Atlas, 2001.

HISTÓRICO

Submetido: 07 de Jul. de 2023.

Aprovado: 04 de Set. de 2023.

Publicado: 18 de Set. de 2023.

COMO CITAR O ARTIGO - ABNT:

SANTOS, L. S.; JUCÁ, W. G.; SANTOS, L. S. *Crise estrutural e flexibilização curricular: A BNCC e a construção de competências para a educação*. **Revista Linguagem, Educação e Sociedade - LES**, v. 27, n. 55, 2023, eISSN: 2526-8449